DESAFIOS PARA A PESQUISA: O CAMPO-TEMA MOVIMENTO HIP-HOP

CHALLENGES FOR RESEARCH: THE FIELD-THEME HIP-HOP MOVEMENT

Jaileila de Araújo Menezes e Mônica Rodrigues Costa
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil

RESUMO

Com a revisão bibliográfica sobre metodologia de pesquisa, observamos, em geral, a ausência de abordagens sobre o processo de abertura do campo de investigação. Recuperando nosso próprio processo, trazemos aqui contribuições sobre a aproximação de um tema de investigação, dos atores sociais em interação (pesquisadoras e jovens) e dos procedimentos que (re)elaboramos, utilizamos e descartamos, para fins de garantir a viabilidade e efetividade da pesquisa, nesse tempo de encontrar o campo-tema de investigação, conviver com ele e dele se despedir. Abordamos as contribuições das perspectivas pós-estruturalista, construcionista e etnográfica sobre o processo de construção do conhecimento, que têm em comum a recusa ao posicionamento transcendental das condições de sujeito e objeto e a adoção de uma postura desreificante, desnaturalizante e desessencializadora com relação à verdade. As contribuições do artigo indicam a necessária reflexão teórica sobre os procedimentos metodológicos adotados, em consonância com as especificidades dos atores sociais investigados.

Palavras-chave: pesquisa qualitativa; atores sociais; movimento hip-hop.

ABSTRACT

Through the review of literature on research methodology, we observed the general lack of approaches about the process of opening the research field. Recovering our own process, we bring contributions here on the approach to a subject of research, social actors in interaction (and young researchers) and procedures that we (re) make, use, and discard, in order to ensure the viability and effectiveness of the research, to find the theme-field research, “live” with it and “say goodbye”. We discuss the contributions of poststructuralist perspective, constructionist and ethnographic on the process of knowledge construction which have in common the rejection of the transcendental position of subject and object and adopting a posture desreificante, denaturing and desessentializadora about the truth. The contribution of the article indicates the necessary theoretical reflection on the methodological procedures in line with the specificities of social actors investigated.

Keywords: qualitative research; social actors; hip-hop movement.

Introdução

O presente artigo aborda o processo de abertura do campo da pesquisa que tem como propósito investigar a ação política, cultural e subjetiva do movimento hip-hop de uma cidade brasileira. Esse movimento social tem como uma de suas peculiaridades a expressão artística, que é um elemento de engajamento social de jovens que, em geral, encontram-se na faixa etária de 15 a 30 anos, moram na periferia da cidade, são identificados como população de baixa renda e estão em situação de significativa vulnerabilidade social.

Como há tendência nos debates sobre movimentos sociais de valorizar os ganhos materiais e políticos (formulação e implantação de políticas públicas, dentre outros), os quais são demarcados pela

investigação da finalidade das lutas sociais, optamos por focalizar também os ganhos simbólicos que o movimento hip-hop é capaz de acionar na vida dos jovens, reposicionando-os socialmente, por meio de uma articulação entre as dimensões pública e privada, que perpassam suas existências.

Coerentemente com essa postura investigativa e para fins de abranger todas essas dimensões, estabelecemos um triplo viés: 1) subjetivo, que investiga as repercussões da cultura-movimento hip-hop no processo de subjetivação dos jovens como instauração de uma estética e ética que os orienta; 2) político, que indaga a dimensão de conflito e antagonismo que essa identidade coletiva produz por meio da arte e de seus posicionamentos em relação à realidade dos jovens participantes e de sua capacidade de mobilizar a comu-

nidade; 3) cultural, que investiga os posicionamentos político-culturais do hip-hop como identidade coletiva, em meio às tensões da sociedade de consumo.

Esse tripé investigativo é tratado a partir das perspectivas pós-estruturalista, construcionista e etnográfica. Para os interesses deste texto, vale uma reflexão sobre a construção do conhecimento e o processo de pesquisa inspirado por tais perspectivas, que têm em comum a recusa ao posicionamento transcendental das condições de sujeito e objeto e a adoção de uma postura desreificante, desnaturalizante e desessencializadora com relação à verdade.

A interação entre o pós-estruturalismo e o construcionismo social conduziu à valorização e ao acolhimento de elementos não previstos, como, por exemplo, a atenção aos marcadores sociais que delimitaram o espaço de encontro entre pesquisadoras e jovens. Ao longo deste artigo, cujo foco é o processo de fazer pesquisa, empreendemos reflexões considerando, em especial, a relação que estabelecemos com os atores sociais em questão: jovens do movimento hip-hop da cidade pesquisada. Vale ressaltar que adotamos o termo “atores sociais” inspiradas na definição de Ranci (2005) de que esse termo não indica função neutra de informante à disposição do pesquisador, mas sim de quem desenvolve papel ativo no próprio curso da investigação.

Recuperando nosso próprio processo, trazemos contribuições sobre a aproximação de um tema de investigação, dos atores sociais em interação (pesquisadoras e jovens) e dos procedimentos que (re)elaboramos, utilizamos e descartamos, para fins de garantir a viabilidade e efetividade da pesquisa, no tempo de encontrar o campo-tema de investigação, conviver com ele e dele se despedir. Segue-se então a narrativa desses encontros e desencontros.

Cenários da abertura do campo de pesquisa

Cena um: cultura Hip-hop, por uma nova linguagem política

O hip-hop surgiu nos Estados Unidos, em Nova York, nos bairros pobres de maioria negra e latina. Sua criação misturou o dub jamaicano com o funk, soul, jazz, e transformou essas tradições em um estilo musical e em um comportamento cultural, que agrupa expressões corporais e artísticas diversas. As ruas eram os espaços de encontro, de trocas, de demarcação de territórios e também das festas, nas quais se desenvolveram as block parties, que “transformaram-se em momentos de lazer e reflexão nos quais a dança, o grafite e o rap tornaram-se expressões de uma nova consciência

política” (Silva, 1999, pp. 27-28). No Brasil, sua fonte de desenvolvimento foram os bailes black, e, com a chegada do movimento black power, a valorização do negro ganhou novas dimensões.

A partir da imersão no campo-tema, identificamos a diversidade de modos de dizer sobre as origens e o desenvolvimento dos elementos. Atribuímos tal diversidade ao fato de que se trata de uma experiência social coletiva, com parco registro por parte dos atores envolvidos diretamente na cena, o que gera múltiplas versões. Em meio a essa diversidade, nossa opção foi contar a história a partir dos traços relevantes para nossos informantes.

Rap significa ritmo e poesia, um canto falado que surgiu na Jamaica, por disc-jóqueis (DJs) que tocam trechos de música negra e improvisam poesias. É utilizado como expressão juvenil e como protesto, especialmente a partir de seu encontro com a luta pelos direitos civis e políticos dos negros. Esse elemento, a partir dos anos 1970, passou a ser tocado nas rádios, e expandiu seu raio de atuação. Sua expansão ocorreu, sobretudo, a partir de sua apropriação pela indústria cultural, especialmente nos EUA, a qual promoveu uma vertente do rap vinculada ao consumo (bens materiais e simbólicos), que não se alinhou à dimensão política da segunda geração do rap norte-americano (luta pelos direitos civis dos negros) (Silva, 1999). Na produção do rap nacional brasileiro, encontramos diversidade discursiva, que abrange diferentes posicionamentos, tais como: político, gospel, “gangsta” e comercial.

A partir da dança de rua e nela o funk, desenvolveram-se vários estilos de dança – popping, locking e b. boying (Noronha, 2007) – no hip-hop, o qual se convencionou chamar break. No início dos anos 1970, a dança agiu como alternativa de combate aos índices de violência urbana e criminalidade, principalmente entre os jovens, que frequentemente se organizavam em gangues. Analisando a situação de vida dessa juventude, Afrika Bambaataa, um dos DJs pioneiros no Bronx, propôs reduzir a violência entre as gangues, que passariam a resolver suas diferenças por meio da dança.

A ênfase no corpo inovou a linguagem política, assim como ampliou, pelo viés das expressões gestuais, as modalidades de ação política. À manifestação da linguagem corporal, outras vieram se agregar e dar densidade ao posicionamento político.

O grafite teve início com o estilo tags, letras sem arredondamentos e angulosas, que evoluíram para um tipo de expressão artística (grandes e coloridas pinturas) que utiliza os muros e paredes da cidade para dar vazão ao cotidiano dos jovens, o qual é marcado por insatisfação com as condições de vida a que estão expostos. O grafite foi largamente utilizado para demarcar território

e demonstrar a presença da gangue (Andrade, 1999) ou pela emoção e adrenalina de executar algo proibido ou ilegal, no caso da pichação.

A reunião desses elementos e de seus estilos deu origem à cultura hip-hop, gíria que significa mexer o quadril, que entrou no Brasil em meados dos anos 1980, sendo seu primeiro registro de 1988, em São Paulo, com uma coletânea intitulada “Hip-hop Cultura de Rua”. No Nordeste, o hip-hop iniciou-se em fins dos anos 1980, e sua filosofia aos poucos foi compreendida e incorporada pelos jovens urbanos e pobres, que constroem sua identidade como um estilo cultural de rua e que expressa o cotidiano das periferias.

Outro elemento a considerar é que o hip-hop tem suas origens ligadas aos grandes centros urbanos, especificamente, às periferias. Nesses locais, as condições de vida comumente são precárias, há poucos espaços destinados ao lazer e a apresentações culturais, e a perspectiva de futuro raramente é promissora. Apesar dessas circunstâncias, pesquisas têm indicado (Alves, 2005; Duarte, 1999; Herschmann, 1997; Lodi & Jobim e Souza, 2005) que os jovens das periferias encontram no hip-hop formas de se expressar, de demonstrar suas angústias e suas indignações. A arte que eles produzem constitui um instrumento para denunciar e contestar, opor-se e resistir aos condicionantes da desigualdade social expressos nas formas de vida da cidade e do acesso a ela, ao tempo em que constroem alternativas.

Nesse caso, falamos de uma capital de um estado nordestino, a qual apresenta muitos elementos confluentes para o assentamento do hip-hop. Essa metrópole conta com 94 bairros – muitos constituídos a partir de ocupações – agrupados em seis regiões político-administrativas (RPA), nas quais se situam 66 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que resultam de uma história de luta pelo direito à cidade. Em síntese, trata-se de uma cidade com um significativo cinturão periférico, local, por excelência, de origem de muitos dos jovens integrantes desse movimento.

Nesse cinturão periférico, destaca-se uma população predominantemente jovem, na faixa etária de 15 a 30 anos, cujo índice de mortalidade, segundo o “Mapa da violência IV”, publicado pela Unesco (2003), tem aumentado sobremaneira nos últimos anos e revelado, no caso dessa cidade, crescimento dos óbitos por causas externas, com maior ocorrência para os homicídios.

As peculiaridades do campo-tema de investigação descrito acima nos desafiou a encontrar caminhos metodológicos que bem se afinassem com os objetivos da pesquisa e simultaneamente possibilitassem uma forma de aproximação progressiva e efetiva com os atores sociais. Para isso, optamos por articular as perspectivas do construcionismo, da etnografia e do pós-estruturalismo, conforme mostra a próxima cena.

Cena dois: suportes teóricos e aportes metodológicos

Nossos suportes teóricos e aportes metodológicos foram delineados a partir do campo da investigação social, que guarda historicamente uma estreita relação com a pesquisa qualitativa, sendo esta entendida aqui como um movimento reformista que surgiu no início dos anos 1970, no meio acadêmico. Tal movimento teve por base os trabalhos de campo empreendidos pelas disciplinas de Antropologia e Sociologia, que começaram a ter seus métodos de registro e interpretação de informações aceitos em diversos campos das ciências humanas, e pela Psicologia, em particular, sua vertente humanista, por meio da crítica aos testes e experimentação de hipóteses estatísticas (Schwandt, 2006).

A investigação qualitativa ganhou contorno intelectual e político, dada a rede de interesses que se constituiu para sua sustentação e seu desenvolvimento: periódicos, associações acadêmicas, conferências, editores, grupo de acadêmicos, políticos e profissionais envolvidos com o feminismo, o pós-modernismo e o pós-estruturalismo. “Assim, é melhor entendermos a investigação qualitativa como um terreno ou uma arena para a crítica científica social do que como um tipo específico de teoria social, metodologia ou filosofia” (Schwandt, 2006, p.194).

Cientes de que nossos(as) colegas investigadores(as) desenvolvem pesquisa qualitativa pelos mais diferentes motivos, em nosso caso, a opção por ela diz respeito às possibilidades para experimentação de metodologias empíricas e estratégias textuais inspiradas pelo pensamento pós-estruturalista (ou pós-marxista), construcionista e etnográfico.

A articulação entre essas perspectivas teórico-metodológicas se dá pelo fato de que nosso campo-tema: tem forte apelo às expressões políticas nas relações sociais em que os jovens estão (ou não) implicados; valoriza o contexto da interanimação dialógica e o posicionamento de cada um que está envolvido – pesquisadoras e jovens – no processo de fazer pesquisa; e considera os movimentos de aproximação entre os atores sociais, seus universos e o entendimento de seus modos de vida.

O pós-estruturalismo ou pós-marxismo constituiu a contra-argumentação das teses básicas do marxismo, especialmente no sentido de “demonstrar o papel da política nas relações econômicas” (Burity, 2008). Busca, portanto, dar visibilidade à política e aos deslocamentos que o marxismo provoca na ordem social, por meio das práticas articulatórias e antagonísticas das identidades, constituindo o sistema político possível num determinado momento.

A postura do pós-estruturalismo está pautada na positivação dos dissensos, do conflito e do antagonismo

presentes nas práticas articulatórias que organizam e constituem as relações sociais. Ela valoriza o poder como objetividade social, que articula forças políticas para instaurar hegemonias provisórias, que sempre resultam em alguma forma de exclusão.

Esses argumentos têm pontos de intercessão ou se conectam com a postura construcionista de investigação, que tem o relativismo como princípio, cultiva o estranhamento de o que é familiar e socialmente instituído e defende o engajamento ético-político da investigação científica, preocupado com as consequências da produção do conhecimento que se refletem no grau de compromisso com a transformação social (Spink, 2004).

Tal perspectiva se evidencia na adoção do posicionamento no qual conhecimento é algo que as pessoas fazem juntas, via práticas sociais. Desse modo, não existem objetos naturais e o conhecimento não representa a realidade, porque ela é tomada como resultado das produções sociais que se institucionalizaram (Spink, 2004).

O construcionismo advoga certo grau de culturalismo e ceticismo perante o que é instituído em acordos sociais, ou seja, que sociedade, usos e consequências são questões que balizam ou circunscrevem o relativismo dessa perspectiva. Esse relativismo gera certa insegurança, que é desconcertante para os que preferem ficar apegados à tradição, porém, é necessária para nos manter em permanente estado de alerta na tarefa de produzir conhecimento. Isso convoca a ética comprometida com os efeitos dessa produção. A ética funciona como limite entre o relativismo e a insegurança, à medida que nos faz olhar para as consequências de nossas investigações.

Desse mesmo ponto de vista, podemos acionar a etnografia, uma vez que, para um trabalho deste porte, é necessário manter níveis de estranhamento acerca da cultura de determinada comunidade, balizados pela nossa própria cultura. Essa orientação nos leva a questionar nossas matrizes culturais, nossa socialização e, portanto, garante uma dose de relativismo, pois admite o olhar parcial e subjetivo do pesquisador (Geertz, 2005).

Cardoso (1986) chama a atenção para o cuidado com a ação política presente na pesquisa. A ideia de contribuição para a tomada de consciência da situação pelo grupo precisa considerar o lugar de onde o pesquisador fala. Desse modo, tornam-se claros os limites, interesses que atravessam o discurso do pesquisador, sugerindo o estranhamento como elemento fundamental para entender o outro, quando o movimento de aproximação ocorre.

Ainda, Geertz (2005) nos convida a contextualizar socialmente os indicadores da realidade, para compreender seus significados, com apoio na “tradução”, que implica a reformulação de categorias, que favorece a ultrapassagem dos limites desses contextos

originais, a fim de encontrar semelhanças e diferenças com outros contextos.

A etnografia possibilita, sobretudo, na perspectiva geertziana, o estudo interpretativo da cultura, nesse caso, em particular, permite apreender os modos de ser – “o *ethos*” – do movimento *hip-hop*. Segundo Geertz (2005, p. 29), “o estudo interpretativo da cultura representa um esforço para aceitar a diversidade entre as várias maneiras que seres humanos têm de construir suas vidas no processo de vivê-las”.

No campo acadêmico, autores e correntes de pensamento que defendem a diversidade (dos modos de ser, de viver, de pensar e de estar no mundo), assim como seus oponentes (que defendem a unidade), delineiam premissas metodológicas e procedimentos de pesquisa. Uma delas – a etnografia do pensamento – diz que aderir à diversidade é mais do que uma simples posição intelectual, constitui um modo de estar no mundo, apresenta-se como uma variedade da experiência intelectual, um modo de habitar o universo. Não se trata de uma simples tarefa técnica, mas sim do trabalho “com uma estrutura cultural que define a maior parte de nossas vidas” (Geertz, 2007, p. 232).

A partir dessa exposição acerca das perspectivas teórico-metodológicas que utilizamos em nossa investigação, é possível afirmar suas confluências nas seguintes premissas: 1) entender os grupos humanos como uma rede de relações sociais que extrapola a esfera intelectual e adentra o campo moral, político e afetivo; 2) entender o interesse na linguagem como forma de compreender o viver no mundo; 3) entender as posições de sujeito atualizadas a partir dos ritos de passagem, do pertencimento etário-geracional, étnico-racial, credo-religioso, da condição de gênero, dentre outros marcadores sociais.

Considerando que o contato com o campo da pesquisa tem início no momento da escolha daquilo que se quer investigar, superamos a referência de campo com relação a um lugar determinado, circunscrito, e iniciamos uma imersão em todas as formas de discursividade existentes sobre o tema (matérias de jornais, revistas, CDs, referências bibliográficas, dentre outros). A entrada no campo-tema conduziu-nos na construção dos procedimentos de investigação que serão agora detalhados.

Cena três: construindo procedimentos

O campo de pesquisa a que nos referimos não é um lugar delimitado, um espaço geográfico, mas uma esfera na qual ocorrem as interações sociais, os diálogos, a busca por aproximação.

Campo é o campo do tema, o campo-tema; não é o lugar onde o tema pode ser visto – como se fosse um animal no zoológico – mas são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares

e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumultuado conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades. (Spink, 2003, p. 36)

Nossa interação inicial com o campo de pesquisa foi orientada por questões relativas a: 1) o perfil dos jovens vinculados à cultura hip-hop; 2) quantos e quais grupos existem na cidade pesquisada; 3) os lugares em que costumeiramente circulam; 4) como se formam os grupos; e 5) que tipo de atividades e eventos organizam ou deles participam.

Essas informações serviram de base para mapear o movimento hip-hop na cidade pesquisada, procedimento metodológico adotado inicialmente para organizar e sistematizar os grupos e sujeitos que nos foi possível acessar. Usamos o termo “possível” por entender que dar conta da infinidade de grupos existentes na cidade é uma tarefa hercúlea, porque eles se alastram, fundem-se ou se separam com surpreendente agilidade, o que torna difícil precisar a informação.

O mapeamento deu visibilidade à circunscrição geográfica do movimento, o que, nesse caso, em particular, é relevante, dada a reflexão que ela possibilita acerca do trânsito desses jovens na cidade, de sua capacidade de atração e acerca dos tipos de grupos de maior ou menor incidência, conforme seus elementos.

Para realizar o mapeamento dos grupos de hip-hop, o princípio que nos guiou foi a abertura para a diversidade, em consonância com a perspectiva construcionista de investigação inspirada em Potter e Wheterell (1987), que incentivam a utilização de técnicas que permitem ampliar o espectro das informações, a fim de resultarem em mais troca e valorização da conversação informal. Nesse caso, utilizamos quatro estratégias.

A primeira foi localizar grupos de hip-hop na cidade, recorrendo a informantes privilegiados por sua expressão na cena hip-hop local. Para isso, adotamos o referenciamento de informantes, ou seja, uma pessoa nos indicava outra e assim sucessivamente.

A segunda estratégia diz respeito ao cuidado com a divisão da cidade em regiões político-administrativas (RPAs), para fins de contemplar, no levantamento dos grupos, todas as suas áreas (centro e periferia), pois o hip-hop se dissemina, constrói diversas teias de sociabilidade, e as possibilidades de intercâmbio entre elas são próprias do ser jovem, nas cidades contemporâneas.

Com o decorrer do processo e o progressivo contato com os grupos, construímos uma sistematização das informações, que se baseou em articular hip-hopper, grupo, bairro, RPA e os elementos: rap, break, grafite e MC/DJ. Esse procedimento possibilitou relacionar o quantitativo, a diversidade de grupos (recorte de gênero e vinculação religiosa), a localização de lideranças, a

distribuição de grupos por bairro e RPAs e os elementos que agregam maior número de jovens.

A terceira estratégia consistiu em acompanhar as atividades desenvolvidas pelos diversos grupos, para ultrapassar os limites do quantitativo e iniciar o processo de aproximação propriamente dita dos atores sociais e captar sua dinâmica. Essa estratégia bem expressou nossa entrada em campo, porque possibilitou estabelecer o diálogo e dar visibilidade à pesquisa em curso junto aos jovens.

Nesse momento, experienciamos um estranhamento de mão dupla. Para nós, entrar nesse campo de investigação exigia disponibilidade para participar das diversas atividades em lugares e horários inusitados, com pouca ou nenhuma informação, o que parecia um teste para nossa aceitação por parte dos jovens.

Por outro lado, também causamos estranhamento no outro, sendo esse outro, em geral, jovem do sexo masculino, pobre e morador da periferia. Esse estranhamento foi explicitado sob forma de advertência, dada por uma figura de referência da cena hip-hop local: *“Vou logo dizendo que não é todo mundo que vai sentar com vocês não, viu, porque o movimento é formado por negros, homens, e vocês são brancas, mulheres de classe média!”*.

A última estratégia para o mapeamento foi a criação de uma comunidade no Orkut – culturalhiphop2007 –, para favorecer a ampliação de nossos contatos, expandir a divulgação da pesquisa junto aos grupos e ter acesso em tempo real à agenda ampla dos eventos. Essa ideia tem a ver com o estatuto de grande interesse e motivação que a comunicação virtual ocupa entre os jovens, independentemente de classe social.

Conforme mencionamos, para acompanhar as atividades, utilizamos a observação e o diário de campo, que possibilitou registrar as conversas informais e o jogo de linguagem verbal e gestual das relações entre os atores sociais participantes. Entendemos que “ao relatar, ao conversar, ao buscar mais detalhes, também formamos parte do campo; parte do processo e de seus eventos no tempo” (Spink, 2003, p. 25).

O fato de estarmos presentes nos eventos possibilitou nossa inserção na comunidade hip-hop, bem como conhecer os ambientes por onde circulam seus sujeitos e suas experiências. A observação atenta e paciente “trouxo importantes informações a respeito da dinâmica e dos modos de vida” (Estrella, 2006, p. 117) de tal grupo de jovens. A atitude de observadoras favoreceu o surgimento de oportunidades para a realização das conversas informais.

A informalidade da situação permitiu certo descompromisso com linguagens ligadas a determinadas situações sociais que circunscrevem as performances dos atores em interação. Isso quer dizer que o in-

formante fica livre para usar outras narrativas, sem regras formais e preestabelecidas. Nesse sentido, ele pode acionar outros repertórios interpretativos, que dificilmente utilizaria numa situação de entrevista, por exemplo. Na conversa informal, é possível romper com a circularidade dos repertórios e produzir outros sentidos (Menegon, 2004).

Apesar das dificuldades de registro que comprometeram a composição de um diário de campo disciplinado e rico em detalhes, avaliamos como positivo o procedimento das conversas informais, por ele proporcionar outra forma de registro, quase uma memória do cotidiano próprio do movimento hip-hop: seus gestos, seus passos, suas melodias, suas faces e estilos, necessidades e conflitos. A experiência com esse tipo de registro também nos fez ver que é viável utilizá-lo como fonte de informação para os procedimentos de análise.

Como direcionamento mínimo para uma abordagem ao campo de investigação e de modo a qualificar o registro no diário de campo, desenvolvemos um roteiro de observação, tomando por base os quatro elementos constituintes do movimento. O conjunto desses procedimentos para a abertura do campo de investigação nos permitiu alcançar uma compreensão inicial sobre o movimento hip-hop na cidade pesquisada.

Os resultados preliminares da pesquisa “A arte na política: um estudo do movimento hip-hop na cidade de Recife” (Costa & Menezes, 2007)¹ aproximam-se dos resultados de estudos sobre juventude e movimento hip-hop que georreferenciam a concentração dos grupos mapeados no cinturão periférico da cidade. Acoplados a essa localização geográfica encontramos ainda marcadores sociais como: o pertencimento às classes menos favorecidas economicamente, o que repercute na dificuldade de acesso a bens e serviços, logo, à exclusão de ampla circulação na cidade; vulnerabilidade à violência, tanto na condição de vítimas (violência policial) quanto em sua autoria (entrada no mundo do crime); e dificuldade de se manter em contexto educativo escolar.

Com relação ao mapeamento, conseguimos obter, até sua última atualização (dezembro de 2008), cinquenta grupos pertencentes ao movimento, com destaque para a existência de duas organizações: a Associação Metropolitana de Hip-hop e a Rede de Resistência Solidária. Ambas congregam vários grupos e possibilitam qualificar potenciais criativos, por meio da cultura hip-hop, inserindo esses grupos em espaços sociais estratégicos.

Poucos grupos são compostos apenas por mulheres, e há grupos com cunho religioso, principalmente evangélico. Para muitos autores, como Weller (2005), a atuação do gênero feminino no movimento hip-hop vem se tornando bastante significativa, embora o

movimento hip-hop ainda tenha características hegemonicamente masculinas e, muitas vezes, até sexistas e homofóbicas. Sobre os grupos de hip-hop gospel, observamos o compromisso com a evangelização, por meio das letras de rap.

Outro aspecto relevante observado é que as experiências vividas nas comunidades periféricas são a matéria-prima para as letras do rap e para os grafites espalhados por toda a cidade. Tais comunidades também têm sido alvo da ação político-cultural de grande parte das posses ou crews, que é uma denominação comumente utilizada para designar espaços nos bairros que propiciam apoio mútuo, lugar de encontro e do compartilhar. “As posses consolidaram-se no contexto do movimento hip-hop como uma espécie de ‘família forjada’ pela qual os jovens passaram a discutir os seus próprios problemas e a promover alternativas no plano da arte” (Silva, 1999, p.27).

As posses articulam ações coletivas, voltadas para a ação política e o exercício da cidadania, especialmente junto ao segmento infanto-juvenil. Nesses espaços, seus integrantes desenvolvem, por meio do ensino e da aprendizagem coletiva, conteúdos para além da educação formal, pautados em suas vivências (Magro, 2002).

Cena quatro: pesquisando com jovens – relações difíceis?

A inspiração para esta seção veio após a leitura do texto “Relações Difíceis – a interação entre pesquisadores e atores sociais”, escrito por Constanzo Ranci (2005) e trabalhado por nós na atividade de orientação em grupo com as alunas de Iniciação Científica. Logo na abertura do texto há a ideia de que a relação com o ator social constitui assunto inevitável na pesquisa, por duplo motivo: “de um lado é parte do objeto de estudo do pesquisador e, de outro, enquanto sujeito discursivo, age também como médium entre o pesquisador e a realidade social mais ampla que ele está investigando” (Ranci, 2005, p.44).

O autor chama a atenção para o fato de que, na reflexão e na prática metodológica tradicionais, o ator social é geralmente visto como elemento perturbador, sobre o qual devem incidir procedimentos para o controle de sua influência. A proposta de Ranci conduz a pensar a pesquisa social como jogo relacional, em que pesquisador e ator social estão implicados, dado o processo de pesquisa ser de natureza interativa.

Isso não é novidade para a investigação social, contudo, ao assumir essa postura, estamos mais atentos às intempéries provocadas pelos atores sociais na construção da problemática da pesquisa e de seu desenvolvimento.

A adoção da observação participante como procedimento metodológico foi o cenário por excelência para redução da distância entre pesquisador e atores sociais, pois, ao mesmo tempo em que nos fez incorporar novos elementos para a reflexão, tornou-nos visíveis aos atores sociais, promovendo mútua influência.

Ranci chama atenção para a impossibilidade de submeter a relação a um controle completo e exaustivo. Com isso, estamos sujeitos no processo a incidentes e resultados imprevistos – em geral, rejeitados pelos investigadores –, que aqui são cuidadosamente abordados, dada sua contribuição valiosa ao processo de formação das pesquisadoras e aos destinos desta investigação.

Alguns dos obstáculos vivenciados por nós na relação com os atores sociais são aqui abordados em episódios, e todos os nomes são fictícios, para garantir o anonimato dos jovens, em consonância com as orientações éticas da pesquisa com seres humanos.

A recusa do encontro – Um dos eventos organizado por lideranças da cena hip-hop local, com o apoio da prefeitura da cidade investigada, foi a Terceira Jornada de MCs, cujo tema era “Direitos da juventude”. Realizado toda terça-feira do mês de outubro de 2007, reunia vários MCs da cidade para uma batalha. Na batalha final, conhecemos Bocage, um jovem já referenciado por outros e que nos chamou atenção pelo estilo americanizado hip-hopper de se vestir (casaco de manga comprida com capuz, calça larga e tênis). Além disso, ele tinha um estilo agressivo de rimar e provocativo para a plateia. Por reunir esses elementos, consideramos que ele seria um bom informante, e envidamos esforços para uma conversa. No total, foram pelo menos cinco tentativas frustradas, até nossa desistência, tendo em vista sua recusa explícita a nos encontrar. A negativa do jovem nos conduziu a refletir sobre algo até então inquestionável para as pesquisadoras: o valor e interesse da pesquisa para os atores sociais.

Expressões da desconfiança: quem são essas Outras e o que querem de mim? A primeira personalidade do hip-hop que procuramos nos deu uma mostra de o que teríamos de enfrentar. Apesar de no contato telefônico termos utilizado uma pessoa conhecida para mediar o encontro, isso não foi suficiente para amenizar o clima de desconfiança e a posição defensiva. O encontro foi marcado na praça do terminal de ônibus, lugar em que tudo acontece, entrada e saída do bairro, comércio, ruídos de todos os tipos. Nossa gravação ficou comprometida e vivenciamos uma distância intransponível entre nós, até porque o hip-hopper em questão demarcou enfaticamente a diferença racial. Sobrou dessa experiência o registro de quebra no processo interativo, o que nos fez colocar em pauta a influência do ator social sobre as pesquisadoras, e serviu de alerta para

as temáticas correlatas que, a partir de então, passamos a considerar, como a questão racial.

Havia muitos becos no meio do caminho. A terceira pessoa de referência que procuramos nos colocou também como desafio o lugar de encontro, ou seja, um dos altos que compõem a cidade, marcado por ruas estreitas, sem saneamento, onde andar pelos becos exigia justamente o que não tínhamos: intimidade com o lugar e com seus moradores. A sensação era de estarmos sendo testadas no território alheio. Esse não foi o único obstáculo, pois ainda tivemos de superar a desconfiança do jovem, e isso só ficou claro à medida que a conversa avançava e tínhamos oportunidade de falar dos projetos sociais com os quais estivemos e estávamos naquele momento envolvidas. Credenciais do passado nos proporcionaram essa aproximação no presente.

Academia e arroz com feijão. Com Jorge, um dos poucos jovens do movimento com terceiro grau completo, o desafio não foi geográfico, mas sim de manejar a conversa de modo a considerar seu posicionamento acadêmico, reconhecendo e explorando seu potencial crítico-reflexivo com relação ao próprio movimento. A frieza inicial também pôde ser vencida ao longo da conversa, que se estendeu para um momento mais descontraído de almoço (um novo teste de disponibilidade?).

O que podemos esperar de vocês? Fomos informadas sobre um tipo de ação denominada “Mutirão de Grafite”, que costuma ocorrer no último domingo de cada mês em comunidades (posses) que se dispõem a organizar o evento. Decidimos participar para ampliar nossos contatos, ao mesmo tempo em que mergulhámos num outro ambiente – o da ação político-cultural. Em um dos mutirões, localizamos um ator social chave para o entendimento da ação política nas comunidades, um jovem empenhado em modificar a realidade de outros e que estava enfrentando dificuldades bastante objetivas de manter o trabalho social da posse. Após algumas idas ao local, tal foi nossa surpresa com o tipo de demanda exposta, pois houve um claro pedido de ajuda financeira, por meio da “doação” de sacos de cimento ou telhas para a reforma da casa utilizada para as atividades. De nossa parte, coube lidar com a situação esclarecendo nossa condição de pesquisadoras e oferecer outros tipos de apoio, tal como colaborar na formulação de projetos para captação de recursos em agências públicas.

O que eu quero de você... Este episódio trata da tentativa de estabelecer um grau de intimidade mais estreito, na medida de o quanto a pesquisadora – posta à prova – esteja disposta a experimentar. Já falamos da predominância de jovens do sexo masculino no movimento e do sexo feminino na condução da pesquisa. Esse foi o cenário para diversas situações de assédio e convites à intimidade, o que nos fez refletir sobre

relações de gênero, que é mais um dos temas correlatos e merecedores de tratamento cuidadoso. Dado o volume inusitado de demandas afetivas tão presentes e que comumente não são objeto de reflexão no campo da pesquisa científica, as situações geraram embaraço. Como fruto dessa situação, emergiu a necessidade de manejar as demandas afetivas, que podem se configurar como “moeda de troca” de informações.

Afinal, do que podemos nos prevenir em pesquisa? O principal aprendizado é que só conhecemos o caminho, caminhando, e as soluções aos obstáculos são tão imprevisíveis quanto eles. O cuidado possível é da ordem da manutenção do jogo relacional, ou seja, criar “um sistema de relações no qual ambos os sujeitos atuem num jogo de acordo-diferenciação, em relação com o outro e no qual ambos utilizam estrategicamente suas diferenças de identidade” (Ranci, 2005, p.62).

Considerações finais

A ação de abertura do campo de pesquisa repercutiu positivamente em nossa postura investigativa, que se sintonizou com o movimento hip-hop. Acreditamos que conseguimos superar os extremos – controle ou defesa – das posições geralmente assumidas pelos(as) pesquisadores(as).

O fato de termos construído uma proposta interdisciplinar de pesquisa, mais pautada em uma grande área de investigação do que propriamente nas especificidades individualmente confortáveis do saber psicológico ou do campo do Serviço Social, colaborou para o manejo dos encontros e desencontros, obstáculos, superações e negociações coletivas.

Retomando o objetivo do texto de refletir sobre o processo de fazer pesquisa, especialmente sobre a abertura do campo-tema de investigação, fica para nós que todos os contornos teórico-metodológicos foram construídos em função da especificidade dos atores sociais em tela. A juventude hip-hop da cidade pesquisada, que ocupa o cinturão periférico, vive em meio a múltiplas limitações de suas possibilidades no agora, elabora projetos de vida em que o próprio hip-hop figura como um futuro melhor e experimenta diversas tensões no campo das relações sociais.

Fizemos, sobretudo, esforço por entender as possibilidades de ser jovem na contemporaneidade, favorecer o encontro entre semelhantes e diferentes e, nos cenários abertos (quatro cenas), aprender a, em pesquisa, transformar os desafios e riscos em oportunidades de aprendizagem.

Ler, observar, conversar, mapear e acompanhar, presencial ou virtualmente, foram procedimentos adotados durante o processo de aproximação do campo-tema, o que nos permitiu acesso ao ethos desses jovens e o

acolhimento de temas transversais (gênero, etnia- raça, pobreza etc.), que foram emergindo nas “relações difíceis” com eles.

Compreendemos serem quase naturais as atitudes reativas de desconfiança e recusa na relação com as pesquisadoras, uma vez que esses jovens encontram-se numa posição de desigualdade social e são marcados, em suas histórias, por diversas situações de preconceito e discriminação.

Sobre as implicações éticas da pesquisa, chamamos a atenção a preocupação com prever os riscos e benefícios da investigação para os atores sociais. Invertendo essa lógica, propomos refletir sobre riscos e benefícios do ponto de vista do próprio investigador, destacando toda a riqueza que a proximidade proporcionou e a necessidade de manejo, não necessariamente dos riscos, mas dos aspectos delicados (busca por estabelecer maior intimidade) que emergiram entre homens e mulheres no contexto da pesquisa.

Há, nessas circunstâncias, algo que comumente mantemos no âmbito privado, sem considerar o quanto ele mobiliza afetivamente os pesquisadores e repercute no processo de pesquisa, em termos de estratégias, procedimentos e alternativas para se manter no jogo relacional.

Para além das repercussões oriundas das relações entre atores sociais, outro tipo de jogo relacional nos desafia no contexto da produção acadêmica e, por esse motivo, não poderíamos deixar de abordá-lo: a autoria coletiva. Na tradição literária, o autor é valorizado conforme sua capacidade de produzir um estilo e ser imediatamente identificado por ele, que é “um modo de enunciar as coisas – um vocabulário, uma retórica, um padrão de argumentação – que esteja de tal maneira ligado a essa identidade que pareça provir dela, assim como um comentário provém de uma mente” (Geertz, 2005, p. 20).

Nesse caso, o desafio primordial foi sair do campo do hiperautor, para poder falar em nome de duas, vivendo o desafio da complexidade das negociações entre o eu e o outro, o que nos levou ao campo da produção e autoria coletivas. Emerge, portanto, em nossos textos, um modo de enunciar interativo e relacional, que resulta em um novo padrão argumentativo.

Esse padrão argumentativo coletivo, embora seja formalmente incentivado pelas agências financiadoras de pesquisa, não consegue ser objetivado, dada a permanência do modelo autoral clássico. Em termos práticos, os instrumentos de reconhecimento da autoria (formulários para submissão de projetos de pesquisa, currículo Lattes com hierarquia de autor e coautor e publicações científicas que seguem essa mesma diferenciação autoral) ainda privilegiam o individual, em detrimento de um processo marcado pela coprodução e corresponsabilidade, em que qualquer das duas pesquisadoras é capaz de assinar a obra.

Vigora a lógica distintiva, que parece funcionar bem em alguns campos da produção do conhecimento, mas que se mostra insuficiente para o tipo de reflexão dialógica no campo das ciências humanas. De nossa parte, isso significa um enorme desafio, objeto de reflexão no grupo de estudos e pesquisas que integramos, composto por diversas vozes discursivas (Psicologia, Serviço Social e História), empenhadas na produção interdisciplinarmente orientada.

Nota

- ¹ Costa, M. R. & Menezes, J. A. *A arte na política: um estudo do movimento hip hop da cidade do Recife*. Projeto de pesquisa, UFPE, 2007-2008.

Referências

- Alves, A. (2005). *Cartografias culturais na periferia de Caruaru: Hip hop, construindo campos de luta pela cidadania*. Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.
- Andrade, E. N. (1999). Hip Hop: movimento negro juvenil. In E. N. Andrade (Org.), *Rap e educação, rap é educação* (pp. 83-91). São Paulo: Sumus.
- Burity, J. A. (2008). *Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau*. Acesso em 27 de setembro, 2008, em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/nabuco/joan7.rtf>.
- Cardoso, R. (1986). Aventuras de antropólogos em campo ou Como escapar das armadilhas do método. In R. Cardoso (Org.), *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. (pp. 95-105). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Duarte, G. R. (1999). A arte na (da) periferia: sobre...vivências. In E. N. Andrade (Org.), *Rap e educação, rap é educação* (pp. 13-22). São Paulo: Sumus.
- Estrella, A. C. (2006). Entre imagens e palavras: um exercício metodológico multidimensional. In M. L. Rodrigues & M. C. Limena (Orgs.), *Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas* (pp. 107-135). Brasília: Líber Livro.
- Geertz, C. (2005). *Obras e vidas: o antropólogo como autor* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Geertz, C. (2007). *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa* (9ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Herschmann, M. (1997). *Abalando os anos 90: funk, hip hop, globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Lodi, C. A. & Jobim e Souza, S. (2005). Juventude, cultura hip hop e política. In L. R. Castro & J. Correa (Orgs.), *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais* (pp. 135-159). Rio de Janeiro: NAU Editora FAPERJ.
- Magro, V. M. M. (2002). Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e o hip hop. *Cadernos Cedes*, 22(57), 63-75.
- Menegon, V. M. (2004). Por que jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 215-241). São Paulo: Cortez.
- Noronha, F. (2007). Onde estão as b.girls? A pesquisa antropológica numa roda de break. In A. Bonetti & S. Fleischer (Orgs.), *Entre saias justas e jogos de cintura* (pp. 187-208). Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Potter, J. & Weterell, M. (1987). *Discourse and social psychology: beyond attitudes and behaviour* (pp. 158-176). London: Sage.
- Ranci, C. (2005). Relações difíceis: a interação entre pesquisadores e atores sociais. In A. Melucci (Coord.), *Por uma sociologia reflexiva pesquisa qualitativa e cultura* (pp. 43-66). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Schwandt, T. (2006). As três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In N. K. Dezin (Org.), *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (pp. 193-217). Porto Alegre: Artmed.
- Silva, J. C. G. (1999). Arte e educação: a experiência do movimento hip hop paulistano. In E. N. Andrade (Org.), *Rap e educação, rap é educação* (pp. 23-38). São Paulo: Sumus.
- Spink, M. J. (2004). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 1(1), 18-42.
- Unesco. (2003). *Relatório de desenvolvimento juvenil*. Acesso em 08 de agosto, 2008, em <http://www.unesco.org.br/servicos/pesquisa/idj2003>.
- Weller, W. (2005). A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Estudos Feministas*, 13(1), 107-123.

Recebido em: 24/04/2009

Revisão em: 05/03/2010

Aceite final em: 28/03/2010

Jaileila de Araújo Menezes é Doutora pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora adjunta I na UFPE onde desenvolve atividades nos Departamentos de Psicologia dos Centros de Educação (Graduação) e Filosofia e Ciências Humanas (Mestrado). Endereço: Rua Paraguassu, 62, apt. 102/A. Zumbi da Torre. Recife/PE, Brasil. CEP 50.711-020. Email: leilaufjr@yahoo.com.br

Mônica Rodrigues Costa é Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Adjunta I na UFPE onde desenvolve atividades no Departamento de Serviço Social no Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Endereço: Rua Pedra Fina, 40, Iputinga, Recife/PE, Brasil. CEP 50.670-520. Email: morodrigues.costa@gmail.com

Como citar:

Menezes, J. A. & Costa, M. R. (2010). Desafios para a pesquisa: o campo-tema movimento hip-hop. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 457-465.